

Governo anuncia acordo para votar Petro-Sal hoje

Entendimento inclui esforço concentrado nos dias 6 e 7 de julho para exame de projetos que também interessam à oposição, como o que prorroga incentivos às empresas da Zona Franca de Manaus

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, comunicou a realização de acordo com a oposição pelo qual a votação do projeto que cria a Petro-Sal será realizada hoje. O acordo prevê ainda um esforço

concentrado para deliberações nos dias 6 e 7 de julho. Para viabilizar a votação da Petro-Sal, o presidente Lula pediu a suspensão da urgência no exame do projeto que institui o sistema de partilha do petróleo do pré-sal. **3**



Romero Jucá (E) conversa com os líderes do DEM, José Agripino, e do PSDB, Arthur Virgílio

ValdemirBarreto



José Cruz

Aprovadas indicações para Unesco e Portugal

Maria Laura da Rocha diz que Brasil quer língua portuguesa como idioma de trabalho da Unesco. Mario Vilalva afirma que ação da embaixada deve se estender pelo país europeu. **8**

Eduardo Azeredo, cumprimentado por Paulo Paim, preside a reunião da Comissão de Relações Exteriores

Tião Viana inclui na LDO aumento real de 5% no mínimo em 2011

O senador apresentará hoje sua proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Comissão de Orçamento. Aumento real previsto baseia-se no crescimento econômico de 2008. Oposição discorda de vários itens. **3**

Nova legislação para ampliar direitos de deficientes

Conceitos modernos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho exigem atualização da lei, afirmam especialistas. **7**

Dados sobre o Censo 2010 começam a sair em novembro **6**

Cacau pode expandir agricultura na Amazônia **4**

Senadores pedem ajuda para Alagoas e Pernambuco

Renan Calheiros e Marco Maciel ressaltaram ontem que já chegavam a 43 as vítimas fatais das enchentes nos dois estados, além de milhares de

desabrigados. Os senadores pediram doações de alimentos, roupas, água potável, cobertores e mais recursos para prevenção de desastres naturais. **4**



Tércio Cappello/secomAL

Visão aérea do vale do Mundaú, em Alagoas, após desastre natural: 11.400 casas já foram destruídas e 50 mil pessoas estão desabrigadas no estado

Contas do governo federal no ano de 2009 receberam 15 ressalvas e 13 recomendações em relatório do ministro Raimundo Carreiro



Os ministros Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e Ubiratan Aguiar com Sarney

Sarney recebe relatório do TCU sobre contas do governo

O PRESIDENTE DO Congresso Nacional, José Sarney, recebeu ontem do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, o relatório sobre as contas de 2009 do governo federal, com 15 ressalvas e 13 recomendações.

Ubiratan Aguiar disse que a função do TCU é fornecer subsídios à Comissão Mista de Orçamento (CMO), por meio de um relatório técnico, e que cabe ao Congresso "uma análise política" do documento.

Entre as ressalvas estão o descumprimento de várias leis; o baixo percentual de execução em 24% das ações descritas como prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009; o descumprimento da Constituição na aplicação de recursos

na irrigação; a execução de despesas sem suficiente dotação no orçamento de investimento das empresas estatais; e o baixo percentual de arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos federais. As 13 recomendações são dirigidas a vários ministérios e órgãos da administração pública, para correção de falhas e irregularidades.

Ubiratan Aguiar espera que o relatório, do ministro Raimundo Carreiro, sirva de orientação para o governo e seus órgãos, além de apresentar bons subsídios para os parlamentares da CMO. O relatório informa que a economia brasileira teve uma recessão de 0,2% em 2009, com um produto interno bruto acumulado de R\$ 3,143 trilhões; uma taxa de desemprego de

6,8% (idêntica à de 2008); e que apenas 60% das obras do Programa de Aceleração do Crescimento previstas até 2010 foram executadas até 2009. O Brasil, segundo o relatório, tem a 14ª maior carga tributária em todo o mundo: 34,31%.

O presidente do TCU disse ainda que há graves problemas nos mecanismos de controle e fiscalização dos três níveis de governo, principalmente nos municípios. Segundo ele, há falta de coordenação entre os órgãos, o que tem gerado corrupção e desperdícios. O ministro acrescentou que há 50 mil prestações de contas de estados e municípios paralisadas, esperando análise, o que tem gerado uma perda de recursos impossível de ser revertida.

Heráclito defende continuidade do trabalho da CPI das ONGs

Metade das 15 ressalvas e 13 recomendações incluídas no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito das contas do governo federal em 2009 tratam de reforma agrária e repasse de recursos para organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades privadas. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) leu essa informação em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e defendeu a continuidade dos trabalhos da CPI das ONGs.

Sob o título "TCU vê desperdício em repasses para ONGs e assentamentos", a jornalista Rosa Costa informa que o voto do relator, Raimundo Carreiro, aprovado na semana passada com ressalvas pelos ministros do tribunal, deverá agora ser analisado pelos congressistas. O ministro Carreiro alertou sobre desperdício de dinheiro público e levantou suspeita de

politização.

– No caso das ONGs, o relatório do ministro Carreiro diz que, de 2006 a 2009, o valor empenhado nos convênios cresceu 77% – de R\$ 16,86 bilhões em 2006 para R\$ 29,75 bilhões em 2009. A ausência da prestação de contas, na maioria dos municípios, também aumentou – leu o senador.

Heráclito apresentou a matéria como resposta a um deputado da Assembleia Legislativa do Ceará que, na semana passada, criticou o senador, que é presidente da CPI das ONGs, por ainda não ter encerrado os trabalhos da comissão. A alegação do parlamentar estadual foi de que o relator da CPI, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), já havia elaborado um relatório com a sugestão de um marco regulatório para o funcionamento das ONGs.

A CPI tem como objetivo não apenas propor um marco regulatório para as ONGs, afirmou Heráclito, mas também apurar diversas denúncias de corrupção. Ele observou que seria irresponsável não trabalhar na elucidação dos casos e não levá-los em conta. Heráclito afirmou ainda que existem vários requerimentos de quebra de sigilo bancário e fiscal envolvendo ONGs que precisam ser votados.

– Essa matéria de *O Estado de S. Paulo* caiu como uma luva, ela mostra que não se pode encerrar a CPI, como defendem alguns. O estranho é que o PCdoB tenha mudado de comportamento e esteja pedindo o fim dos trabalhos sem a apuração de tantos fatos graves – disse Heráclito.



Reportagem sobre contas do governo estimula senador a investigar ONGs

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos feitos em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do *Jornal do Senado* de amanhã, 24 de junho.

Senado contesta reportagem do *Correio*

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado divulgou nota em que contesta reportagem do jornal *Correio Braziliense*, publicada ontem, segundo a qual a Polícia Legislativa da Casa teria enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) inquérito que investiga suposta contratação irregular de funcionários pelo gabinete do senador Efraim Morais (DEM-PB).

A respeito da matéria publicada na edição de 22/06/2010 do *Correio Braziliense*, intitulada "Caso Efraim vai para o STF", o Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

1 As investigações objeto do inquérito em questão ainda não foram concluídas, razão pela qual não é possível firmar ilações quanto à culpabilidade de quaisquer pessoas, inclusive em relação ao senador Efraim Morais;

2 Uma vez concluído o inquérito, em obediência ao Ato da Comissão Diretora nº 20, de 2004, os autos serão encaminhados ao sr. presidente do Senado, que é a autoridade competente para remetê-los ao Judiciário, se for o caso;

3 Na hipótese dos autos do referido inquérito serem encaminhados ao tribunal competente, isso não significará, necessariamente, a abertura de um processo penal. Isso porque compete exclusivamente ao Ministério Público tomar a decisão final quanto à apresentação de denúncia criminal, sujeita, evidentemente, ao contraditório e à ampla defesa.

Assessoria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social/ Senado Federal

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário CPP, Congresso e Petro-Sal

10h Terceira e última sessão de discussão do projeto de lei do Senado que reforma o Código de Processo Penal. Às 12h, haverá sessão do Congresso no Plenário da Câmara. E às 14h, no Plenário do Senado, a sessão é deliberativa. Na pauta, o projeto que cria a Petro-Sal.

CCT Aplicação de sanções pela Anatel

8h30 O primeiro item em análise é o substitutivo ao projeto que dispõe sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas. O projeto aperfeiçoa o regime do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

CI Indicações para Aneel, Antaq e Dnit

8h30 Analisa a indicação de André Pepitone da Nóbrega e a recondução de Romeu Donizete Rufino como diretores da Aneel; a recondução de Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa como diretor da Antaq; e a indicação de Jony Marcos do Valle Lopes para diretor de Planejamento e Pesquisa do Dnit.

CMMC

Eleição de presidente e vice-presidente

11h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne para eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado.

Presidência

Sarney recebe ministro do STF José Antonio Toffoli

10h O presidente José Sarney participa da sessão às 10h. Às 11h30, recebe o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDR

Benefício a pequenos municípios

9h30 Entre os quatro itens da pauta, destaque para o que permite que a União reduza ou dispense a contrapartida nas transferências destinadas a programas habitacionais de interesse social (PLS 331/06). A medida beneficia municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com população inferior a 25 mil habitantes.

CCJ

Alteração do Código Penal e indicações

10h Na pauta, alteração do Código Penal para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos, além de indicações para ministros do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar.

CDH

Programa Projovem Adolescente

10h Jovens entre 15 e 17 anos que são moradores de rua poderão ser incluídos como beneficiários do programa Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. A matéria será analisada em caráter terminativo. A pauta contém 28 itens, entre os quais projetos que beneficiam pessoas com deficiência.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Mesa deve votar hoje plano de cargos

A Mesa do Senado chegou ontem a um acordo a respeito do plano de cargos dos servidores da Casa, segundo anunciou o relator da matéria, Heráclito Fortes (DEM-PI). A proposta deverá ser votada hoje em nova reunião da Mesa, agendada para as 10h e que será presidida pelo 1º vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO).

– Temos um texto que tudo indica ser de consenso, assinado por todos os segmentos dos servidores, não tem impacto ou atrelamento [ao salário dos senadores], é um projeto totalmente enxuto, acho que não terá nenhuma dificuldade [em ser aprovado] – disse Heráclito.

O relator informou que foram feitas mudanças, como a supressão do componente salarial que era atrelado ao salário dos parlamentares para todas as categorias.

O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, disse ainda que o impacto na folha teve uma pequena variação: se antes, estava estimado em 8,7%, agora o aumento chega a pouco mais de 9% da folha de pagamentos.



Valter Pereira aponta desigualdade na disputa

Antecipação da campanha vira alvo

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei tornando mais rigorosa a punição para quem utilizar o tempo do programa partidário no rádio e na TV para fazer propaganda eleitoral antecipada. Pela proposta, o candidato que fizer propaganda no programa do partido perderá o dobro do tempo utilizado no programa eleitoral.

– Estão antecipando a campanha e criando desigualdade na disputa. Os outros candidatos são obrigados a cometer a mesma infração – disse.

O entendimento foi viabilizado por mensagem presidencial, aprovada pelos senadores, em que foi pedida a retirada da urgência na tramitação do projeto que institui o sistema de partilha para a exploração do petróleo da camada pré-sal

Acordo abre caminho para Plenário votar hoje criação da Petro-Sal

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou ontem em Plenário a realização de acordo com a oposição pelo qual a votação do projeto que cria a Petro-Sal será realizada hoje. O acordo prevê ainda um esforço concentrado dos senadores para votações de outros projetos nos dias 6 e 7 de julho.

O esforço concentrado é uma prática corriqueira em anos eleitorais, quando os parlamentares procuram dar atenção às campanhas em suas bases.

Para viabilizar a votação da Petro-Sal (PLC 309/09), o presidente Lula encaminhou mensagem ao Senado pedindo a suspensão da urgência para votação do projeto (PLC 16/10) que institui o sistema de partilha do petróleo do pré-sal. Por causa da urgência, o projeto da partilha estava trancando todas as votações do Senado.

A mensagem foi aprovada ontem pelo Plenário e, assim, a proposta que cria a partilha do pré-sal, em substituição ao regime de concessão, voltou a

tramitar normalmente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

A ideia dos senadores governistas é colocar em votação o projeto da partilha somente após as eleições. Entretanto, ele deverá receber novo texto, que tratará apenas da distribuição de royalties do pré-sal entre a União, os estados e os municípios. Isso porque o sistema de partilha foi acrescentado pelos senadores

ao projeto (PLC 07/10) que cria o Fundo Social (com dinheiro da partilha), aprovado no último dia 9 e remetido novamente ao exame dos deputados.

O governo não quer discutir a distribuição de royalties antes das eleições, pois o assunto é polêmico e joga estados produtores de petróleo contra estados não produtores. Hoje, a maior fatia dos royalties fica com estados fronteiriços a campos de produção petrolífera no mar – Rio de Janeiro e Espírito Santo.



Romero Jucá (E) e os líderes do DEM, José Agripino, e do PSDB, Arthur Virgílio: acordo inclui esforço concentrado

Pauta com matérias que interessam a governo e oposição

No esforço concentrado, acertado para os dias 6 e 7 de julho, serão votados projetos que interessam ao governo e às oposições. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informou que entre eles estará a proposta de emenda à Constituição (PEC 17/08) de sua autoria, que prorroga por dez anos, até 2033, os incentivos fiscais concedidos às empresas da Zona Franca de Manaus. Também será votada a PEC 28/09, que suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano, ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos, para a efetivação do divórcio. Deve também constar da pauta a PEC 42/08, conhecida como PEC da Juventude.

Tião Viana propõe aumento real de 5% para o salário mínimo

Entre as novidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 está a garantia de aumento real para o salário mínimo em cerca de 5%, a despeito da queda de 0,2% do produto interno bruto (PIB) em 2009 devido à crise internacional. A proposta enviada pelo governo determina que o mínimo tenha aumento real equivalente à variação do PIB apenas em 2009. Como o produto foi negativo, se prevalecer essa regra, o mínimo será corrigido com base na variação da inflação medida pelo INPC.

A novidade proposta pelo relator é conceder aumento real com base na média da variação do PIB em 2008 e 2009. Assim, será mantida a política de recuperação do poder de compra do mínimo, já que em 2008 o produto variou 5,1% em relação a 2007.

O senador Tião Viana (PT-AC) deve apresentar hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o

relatório final sobre o projeto da LDO. Ontem, o senador debateu com os líderes partidários os principais pontos do documento.

A oposição, como adiantou o líder do PSDB na comissão, deputado Rogério Marinho (RN), tem pelo menos duas discordâncias fundamentais: uma diz respeito à paralisação de obras com indícios

de irregularidades só “depois de esgotadas as medidas administrativas cabíveis”; outra refere-se à execução provisória do Orçamento, caso o Congresso Nacional não o aprove no prazo previsto. O PSDB é contra a possibilidade de liberação de duodécimos para investimentos das estatais e no Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). Tião Viana esclareceu que a regra evita a paralisação nos investimentos por falta de orçamento.

O presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), espera que o texto final esteja pronto até o fim deste mês e que a votação pelo Plenário do Congresso ocorra até o dia 17 de julho.



Tião Viana (3º à dir.) reuniu-se ontem com os líderes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento: oposição mostra insatisfação

Reman: Virgílio cobra posição do governo

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a cobrar do governo definição sobre investimentos na Refinaria de Manaus (Reman). Pelo Plano Estratégico da Petrobras para 2011, a Reman pode até ser desativada. – Ainda estou aguardando uma

resposta do ministro [de Minas e Energia, Márcio Zimmermann]. Serei obrigado a obstruir as sessões do Congresso, especialmente as de votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso não haja resposta satisfatória.

A desativação da Reman implicaria uma redução de 25% a 30% do ICMS do Amazonas.

– Quero um acordo. A refinaria deve receber investimentos à altura do que se pretende fazer dela, ou seja, um polo petroquímico.

Em debate, produtor Francisco de Castro salienta o alto índice de produtividade. Governo promete incentivos

Cacau pode ajudar a expandir fronteira agrícola na Amazônia

A PRODUÇÃO DE cacau pode ser um novo trunfo na expansão da fronteira agrícola na Amazônia. A perspectiva foi lançada ontem em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O alto índice de produtividade apresentado por hectare e o fato de ser uma espécie nativa da Amazônia conferem à atividade viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental.

Essa vantagem em relação ao cacau da Bahia foi apresentada pelo produtor Francisco Alberto de Castro, da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa). Segundo ele, a produtividade no Pará é de mil quilos por hectare, com rentabilidade de R\$ 6 mil. Na Bahia, o rendimento situa-se em 300 quilos.

Castro reivindica mais incentivos do governo federal.

As principais deficiências são carência de técnicos da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e de produção de sementes.

O diretor da Ceplac, Jay Wallace da Silva e Mota, disse ter solicitado a contratação temporária de técnicos e a realização de concurso em 2011 para pesquisador e extensionista. Ele aposta no potencial do Pará para despontar no cenário mundial, dominado pela África.

– Pará e Rondônia estão garantindo o crescimento do cacau no país. A distribuição de 15 milhões de sementes pela Ceplac no Pará, que, em 2009, respondeu por 25% da produção, está permitindo a expansão anual de 10 a 12 mil hectares na área de cultivo no estado – afirmou.



Senador Flexa Ribeiro (C) coordena debate entre Jay Wallace e Francisco de Castro

Senadores queixam-se de falta de compromisso do governo

A principal queixa dos parlamentares presentes à audiência sobre o potencial de cultivo de cacau no Pará foi a falta de comprometimento do governo em impulsionar a produção. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que solicitou o debate, avalia que o PAC do Cacau, lançado em 2008, teve o objetivo apenas de socorrer os cacauzeiros endividados da Bahia.

– Não temos nada a opor aos incentivos aos produtores de cacau da Bahia, mas o Pará tem condições excepcionais de solo para essa cultura, tem produtividade duas vezes e meia superior à dos cacauzeiros baianos e pode ser o primeiro produtor do país se houver vontade política do governo federal em apoiar esses produtores – afirmou.

Já para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o que precisa ganhar importância política junto ao governo não é o cacau, mas a agropecuária, que responde por 42% das exportações e por um terço dos empregos gerados no país.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o diretor da Ceplac, Jay Wallace da Silva e Mota, sobre o critério de distribuição de sementes de cacau. O representante do governo informou que elas



Kátia Abreu: descaso com o cacau se estende à produção agropecuária

saem de graça para produtores de programas de assentamento, enquanto dos demais é cobrado R\$ 10 pelo milheiro. Em relação à viabilidade de cultivo concomitante entre banana e cacau, Jay Wallace concordou com Augusto Botelho (PT-RR), considerando a prática vantajosa. O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), também quis saber se a gordura do cacau causa males à saúde. O diretor da Ceplac informou que estudos de universidades norte-americanas já teriam provado que, além de ser rica em antioxidantes, como o vinho, a gordura do cacau não aumenta o colesterol ruim (LDL), sendo, portanto, benéfica para o coração.



Renan lamenta a tragédia das enchentes em Alagoas

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), lamentou ontem da tribuna a tragédia provocada pelas enchentes nos estados de Alagoas e Pernambuco. O senador disse que já haviam sido contadas, somente em Alagoas, 29 vítimas fatais e cerca de mil desaparecidos. O número de desabrigados chegava a 50 mil e 11.400 casas foram destruídas. Ele informou que o volume de água superou em dois metros a maior cheia ocorrida anteriormente no estado, em 1969, tendo chovido em três dias o equivalente a cinco meses.

– É difícil apontar um quadro mais aterrador: cidades duramente atingidas, um cenário típico de ruínas do pós-guerra.

Conforme descreveu, cidades como Branquinha, Murici, União dos Palmares, Atalaia, Jacinto e Quebrangulo ficaram praticamente destruídas, com ruas alagadas, casas e pontes arrasadas e carros arrastados “às centenas”

Providências

Renan Calheiros agradeceu a pronta resposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enviou para a região os

ministros das Cidades, Marcio Fortes; da Integração Nacional, João Santana; e dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. O senador relatou que, em reunião com Lula na noite de segunda-feira, o presidente determinou a imediata liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para “minorar a dor das famílias” e auxiliar na reconstrução das cidades.

O parlamentar enfatizou que o presidente prometeu enviar a Força Nacional para auxiliar na reconstrução de cidades e casas, bem como aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), com médicos e enfermeiros, para montar hospitais de campanha. Os governadores de estados vizinhos estão auxiliando com o fornecimento de aviões, assinalou.

Donativos

Renan lamentou que ações no valor de R\$ 200 milhões, vinculadas à construção da Rodovia Transnordestina, para reconstrução da malha rodoviária, e que já estavam quase prontas, tenham sido totalmente destruídas pelas enchentes de agora, e terão,

Marco Maciel pede ajuda federal para Pernambuco

O senador Marco Maciel (DEM-PE) solicitou ontem ajuda federal para o estado de Pernambuco, que sofre enchentes, especialmente na região da Zona da Mata.

Segundo o senador, tanto a Coordenadoria de Defesa Civil do Recife quanto a Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco reconhecem a existência de 14 mil pessoas desabrigadas, 15 mil desalojadas e 14 mortos. Segundo ele, a chuva afetou 49 municípios do estado, dos quais 22 decretaram situação de emergência e quatro, estado de calamidade pública.

Marco Maciel informou que, na semana passada, as chuvas chegaram a durar 48 horas ininterruptas. A precipitação teria sido equivalente a mais da metade da média das chuvas no mês de junho.

– Desde muitos anos, não se vê calamidade desse porte, provocando mortes e grandes danos à agricultura, à pecuária, além da destruição de estradas, equipamentos públicos e interrupção de serviços públicos essenciais – afirmou.

O senador pernambucano citou vários municípios atingidos, entre eles Palmares, Amaraji, Catende, Cortês, Barreiros, Vitória de Santo Antão, Nazaré da Mata e até municípios da região metropolitana do Recife, como Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Moreno.

Marco Maciel relatou que várias ferrovias e rodovias foram danificadas e muitas pontes foram atingidas, levando à interrupção do trânsito na BR-101 e outras rodovias.

– Desde 1974 que não se via



Senador diz que cenário na região é “típico de ruínas do pós-guerra”

novamente, de ser refeitas.

O parlamentar salientou que o povo de seu estado necessita da solidariedade de seus “irmãos brasileiros, naturalmente um povo solidário”, com ações mais imediatas como o envio de medicamentos, alimentos, roupas, água potável, barracas, cobertores e colchões. Esses donativos, observou, estão sendo distribuídos pela defesa civil, pelo corpo de bombeiros e pelo Exército.

Renan Calheiros agradeceu a solidariedade dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mário Couto (PSDB-PA), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS), que se mostraram sensibilizados pela dor da população afetada pelas enchentes e mencionaram tragédias semelhantes ocorridas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.



Estado sofre enchentes, sobretudo na Zona da Mata, conta Marco Maciel

algo parecido em Pernambuco, verdadeira calamidade pública – afirmou o senador, lamentando que o estado tenha recebido apenas 0,24% dos recursos do Orçamento Geral da União 2010 referentes à Prevenção e Preparação para Desastres.

O pronunciamento de Marco Maciel recebeu apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Mesquita Júnior sugere divisão proporcional de doação eleitoral

Depois do projeto Ficha Limpa, o Senado pode analisar a proposta da "conta limpa" – conforme batizou o autor –, segundo a qual as doações para campanhas eleitorais devem ser distribuídas proporcionalmente entre todos os partidos. O projeto (PLS 137/10), do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Conforme a proposta, as doações serão depositadas em conta especial aberta pelos tribunais regionais eleitorais (TREs). A partir dessa conta, os recursos serão distribuídos aos partidos na mesma proporção do Fundo Partidário (Lei 9.096/95). Para Mesquita Júnior, a medida irá romper a ligação direta entre candidatos, partidos e doadores de campanhas.

O senador observa que sua proposta é uma alternativa tanto ao sistema atual – que "subjuga a política aos interesses econômicos" – quanto à proposta de financiamento público de campanha, rejeitada por 79,9% dos eleitores, conforme pesquisa do instituto Sensus.

Mesquita Júnior negou ontem defender o financiamento



Contrário ao financiamento público, Mesquita tem proposta alternativa

público de campanhas, como publicou o *Jornal do Senado* na edição de ontem (página 4, na legenda da foto do senador).

Segundo ele, as eleições no Brasil têm se tornado cada vez mais caras e, como tal, sujeitas a influências dos poderes econômico e político. A consequência disso, afirma, é o renascimento do velho lema "aos amigos tudo, aos inimigos a lei", prática que, para Mesquita Júnior, pode ser exemplificada em reportagem do jornal *O Globo* de 4 de junho, mostrando que para os três maiores partidos da base do governo foram empenhados R\$ 83,6 milhões das emendas parlamentares e, para os três da oposição, R\$ 11,2 milhões.

Enfermidades podem demorar décadas após a exposição ao asbesto para se manifestar, levando com frequência à invalidez para o trabalho e à morte

Serys defende redução do uso industrial do amianto

A SENADORA SERYS SIlhessarenko (PT-MT) defendeu ontem projeto de sua autoria que propõe a redução da produção, comercialização e uso industrial do amianto e sua extinção gradativa, em até dez anos após a implantação da lei, com o objetivo de proteger a saúde do trabalhador e de seus familiares.

Serys informou que 100 mil mortes são causadas anualmente pela inalação de amianto em todo o mundo, acrescentando que 50 países já eliminaram o uso dessa fibra mineral. Entre as doenças associadas ao amianto, estão a asbestose ou fibrose pulmonar, o mesotelioma de pleura e o câncer de pulmão, juntamente com outros tipos de câncer.

– Essas enfermidades podem demorar décadas após a exposição ao asbesto para se manifestar, levando com assustadora frequência à invalidez para o trabalho e à morte – explicou a senadora, pedindo a aprovação de seu projeto.

Serys informou que grupo de



Projeto de Serys que propõe a extinção da utilização do amianto em até dez anos aguarda relator na CCJ

trabalho instituído pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou relatório final, elaborado pelo deputado Edson Duarte (PV-BA), propondo a eliminação do amianto da cadeia produtiva. O assunto também foi tema de audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, nessa segunda-feira.

A senadora disse que o Brasil perdeu a chance de ba-

nir a utilização do amianto em 1995, quando aprovou a Lei 9.055/95, devido ao forte lobby promovido pelas empresas interessadas em manter sua utilização. Essa lei "disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contêm, bem como das fibras naturais e

artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências".

Na ocasião, o lobby teria levado a crer que o uso da variedade crisotila (amianto branco) seria menos danoso à saúde do trabalhador, hipótese desmentida por estudos posteriores, acrescentou a senadora.

O projeto de Serys (PLS 30/09) aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mão Santa critica transferência de promotor que investigou escândalo

Mão Santa (PSC-PI) denunciou a transferência do promotor de Justiça do estado do Piauí Fernando Santos – responsável pela investigação do caso que ficou conhecido como "farras dos carros alugados" – da 2ª Vara dos Fei-



Mão Santa

tos da Fazenda Pública para a Procuradoria-Geral de Justiça, sob a alegação de "redistribuição de atribuições".

Mão Santa lembrou denúncia feita em abril deste ano de um esquema montado no governo de Wellington Dias, do PT, para favorecer auxiliares do gover-

nador. Segundo o parlamentar, o governo alugava 2 mil carros por mês, com custo mensal de R\$ 5 milhões. Em 30 meses, o aluguel pagava o valor total do carro, cuja propriedade era transferida a auxiliares do governo.

O senador também registrou a realização da 2ª edição da Feira Piauí AgrosHOW, de 23 a 26 deste mês, na cidade de Bom Jesus, a 640 quilômetros de Teresina. Segundo o parlamentar, trata-se da maior feira de agrobusiness do estado

Papaléo quer transformar em lei a Política Nacional de Medicamentos

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu apoio dos senadores a projeto que apresentou recentemente (PLS 83/10), instituindo a Política Nacional de Medicamentos. Ele ponderou que essa política, criada por portaria do Ministério da Saúde em 1998, deve ter força de lei aprovada pelo Congresso. Lembrou que, graças a essa portaria, o governo Fernando Henrique pôde promover a fabricação e uso dos medicamentos genéricos no país.

Conforme Papaléo, a Política Nacional de Medicamentos vai assegurar o acesso da população a remédios seguros, eficazes e de qualidade, ao menor custo possível, ao mesmo tempo em

que promoverá o uso racional desses medicamentos. O projeto fortalece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) como referência para produção farmacêutica no Brasil.

O mercado farmacêutico brasileiro, informou o senador, é o quinto maior do mundo e, por isso, precisa de uma forte regulação, tendo em vista que são 480 empresas fabricantes e importadoras. Essas empresas faturam cerca de R\$ 19 bilhões por ano e têm à disposição cerca de 50 mil farmácias para vender cerca de 5 mil produtos, com cerca de 10 mil apresentações.

Papaléo observou que, ape-



Papaléo: política de medicamentos viabilizou fabricação de genéricos

sar disso, a assistência farmacêutica prestada no país caracteriza-se por insuficiências e pela desarticulação institucional. Ele citou a falta de prioridades na adoção, pelos médicos, de produtos padronizados, constantes da lista da Rename.

Flexa Ribeiro: homologação da reserva Apyterewa contraria acordo

A revisão da homologação da reserva indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu (PA), feita pelo governo em 2007, foi defendida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador quer audiência com o ministro da



Flexa Ribeiro

Justiça, Luiz Paulo Barreto, a fim de buscar uma solução para o impasse.

Flexa Ribeiro disse que, na ocasião, foi interrompido processo acordado entre lideranças indígenas e produtores rurais segundo o qual de uma área de 7,8 mil quilômetros quadrados, 5 mil quilômetros quadrados seriam destinados aos índios,

enquanto aos não índios seriam reservados 2,8 mil quilômetros quadrados. O objetivo, disse, é beneficiar 2,5 mil famílias que vivem na área.

– Eles [os índios] concordavam em ceder parte da área para não haver contencioso. Agora o governo federal quer retirar as pessoas na marra, e não vai conseguir – advertiu o senador.

Flexa Ribeiro também mencionou visita ao município de Quatipuru (PA), onde verificou a necessidade de asfaltar 22 quilômetros da rodovia PA-446 entre Quatipuru e Primavera.

Paulo Paim rechaça possibilidade de privatização dos Correios

"Quero, de público, empenhar minha solidariedade com os servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e dizer que sou totalmente contrário à sua privatização". O senador Paulo Paim (PT-RS) externou essa posição ao comunicar que recebeu correspondência do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Comunicações Postais de Santa Maria e região, no Rio Grande do Sul, denunciando que a empresa está sendo sucateada para forçar sua privatização.

O sindicato informou que os servidores dos Correios lotados em todos os estados brasileiros estão apreensivos e alertou que membros da própria ECT pretendem abrir o capital da empresa

para a iniciativa privada por meio de uma medida provisória encaminhada pelo Ministério das Comunicações e que está sendo analisada pelo presidente Lula. A MP teria como objetivo modernizar os Correios.

Paim destacou que a má qualidade dos serviços atualmente prestados pelos Correios tem sido tema de debates dentro do Congresso Nacional. Ele acrescentou que em audiência pública realizada pela Comissão Nacional Contra a Quebra do Monopólio Postal, o presidente da ECT, Carlos Henrique Custodio, teria se mostrado favorável à transformação dos Correios em sociedade anônima.

– A Empresa de Correios e



Melhoria dos serviços não deve passar pela privatização, diz Paim

Telégrafos sempre prestou excelentes serviços à sociedade brasileira e precisamos encontrar meios de resolver as demandas apresentadas pelos ecetistas. Sou totalmente a favor de que se criem condições para que a qualidade dos serviços seja priorizada, fazendo-se aquilo que for necessário para tanto e que não passe, nem de longe, pela privatização – afirmou.



Magno Malta: grupo leva fãs a eventos da campanha Todos contra a pedofilia

Senador aplaude ação da banda KLB contra pedofilia

Magno Malta (PR-ES) apresentou um voto de aplauso para a banda KLB, que o tem auxiliado na campanha Todos contra a pedofilia. Segundo o senador, a banda, com seus shows, leva fãs aos eventos da campanha, que se tornam "verdadeiras palestras a céu aberto".

O senador comunicou a presença, em Plenário, do cantor Kiko, um dos três irmãos que compõem a banda – os outros dois são Leandro e Bruno. Magno Malta disse que, há dois anos e meio, "quando o Brasil nem conhecia o termo pedofilia", explicou aos irmãos o que se passava. E agora, com o trabalho realizado pela CPI que ele preside, o assunto recebe a atenção merecida

O senador afirmou que os integrantes da KLB também participam da campanha Brasil de cara limpa e pregam em seus shows a prevenção ao consumo de drogas.

O parlamentar também agradeceu o apoio que o padre-cantor Fábio de Melo tem dado em seus shows no combate à pedofilia. E comunicou ter recebido a visita do maestro Carlinhos que, bastante conhecido no meio gospel, produziu três CDs da banda de Magno Malta.

O senador se disse orgulhoso de ter apresentado o projeto de lei que determinou o uso de rastreadores eletrônicos para presos em progressão de pena, sancionado na semana passada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ainda elogiou o presidente pela intenção anunciada de vetar as emendas que retiram do Espírito Santo e do Rio de Janeiro parte dos royalties pagos pela exploração de petróleo.

Magno Malta recebeu apoio dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Renato Casagrande (PSB-ES) e Augusto Botelho (PT-RR).

Riscos de interferência política nos trabalhos e questões de segurança foram pontos abordados pelos senadores em audiência pública com o presidente do instituto

IBGE divulga primeiros dados do novo censo em novembro

O CONJUNTO DE informações do Censo Demográfico de 2010 só estará concluído e divulgado em 2012, mas o tamanho da população e sua distribuição nos municípios já poderão ser conhecidos em novembro próximo. A informação é do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Por determinação da legislação, disse Eduardo Nunes, esses dados precisam ser repassados até o final de novembro para o Tribunal de Contas da União (TCU). O número de habitantes é uma das informações utilizadas por esse órgão para calcular o repasse anual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a cada cidade. Nos anos posteriores, o órgão faz projeções a partir dos números

apurados no censo geral a cada decênio.

Ano eleitoral

O presidente do IBGE não acredita na hipótese de uso eleitoral do censo. Essa é a segunda vez em que o país coleta dados em período de eleição geral. Do ponto de vista técnico e político, as questões a serem feitas são "absolutamente neutras", assegurou. Assim, não haveria pretexto para que algum recenseador tente indicar voto "neste ou naquele candidato". Se isso ocorrer, observou, não terá nada a ver com o trabalho em si, cabendo ao órgão adotar as medidas cabíveis.

– O morador terá todo o direito de alertar o IBGE, para que tomemos as devidas providências – disse.

Para esse ou qualquer outro problema, a população poderá ligar gratuitamente para o IBGE

(0800-7218181). Esse número será gravado no próprio uniforme do recenseador, devendo ser utilizado ainda quando o morador tiver dúvida se a pessoa que está batendo à sua porta é mesmo alguém a serviço do órgão. Como reforço à segurança das famílias, o uniforme inclui ainda crachá com fotografia e nome do profissional.

– Se tiver com algum receio, a pessoa poderá telefonar, pois tiraremos qualquer dúvida.

O presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), esteve à frente da audiência, que foi proposta pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O presidente do IBGE informou que a população logo será amplamente informada sobre o censo, por meio de campanha publicitária em jornais, rádios e televisão, devendo ser também realizado trabalho específico junto a estudantes de todo o país.

Coleta de dados envolverá 58 milhões de domicílios

O Censo 2010 será o décimo segundo censo demográfico no Brasil, devendo oferecer um retrato amplo da população e de suas características socioeconômicas. Os trabalhos de coleta vão começar em 1º de agosto, envolvendo cerca de 58 milhões de domicílios, em 5.565 municípios.

Em 52 milhões de domicílios, será aplicado um questionário básico, abordando questões

como idade, sexo, cor e raça, além de dados sobre educação e moradia. Nos demais, serão coletados ainda detalhes sobre nível de renda e emprego, acesso a programas de transferência de renda e sobre a ocorrência de alguma deficiência física na família.

Os gastos com o novo censo são estimados em R\$ 1,5 bilhão, contra R\$ 700 milhões investidos no anterior. No auge, os traba-

lhos vão envolver 230 mil pessoas, sendo 191 mil recenseadores para a coleta de campo, prevista para durar três meses. Uma das novidades são os questionários eletrônicos, opção que poderá ser oferecida pelo recenseador aos entrevistados, mediante fornecimento de senha de acesso ao portal do IBGE na internet. A expectativa é de que até 5% dos questionários sejam preenchidos por esse meio.



Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, e Garibaldi Alves Filho, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos



Projeto de Suplicy é solução ideal, defende professor belga

Suplicy lê artigo sobre Copa e renda básica de cidadania

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário artigo do professor Philippe Van Parijs, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "A Copa do Mundo e a renda básica de cidadania". No texto, o professor da Universidade Católica de Louvain e da Universidade Harvard destaca a experiência brasileira da Bolsa Família, que será debatida no 13º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network (Rede Mundial da Renda Básica, ou Bien, na sigla em inglês). O encontro será realizado na Universidade de São Paulo de 30 de junho a 2 de julho deste ano.

Van Parijs, que também chefia o conselho da Bien, destaca as dificuldades de se estabelecer um sistema de benefícios dependentes da renda das pessoas "quando uma alta proporção da população vive um pouco acima da linha da pobreza e trabalha na informalidade". Ele citou visita feita com Suplicy a uma repartição em São Paulo onde as pessoas se qualificavam para receber o benefício, quando testemunhou a dificuldade de um homem para se lembrar quanto ganhou no ano anterior, em períodos intermitentes de trabalho. "Para muitas pessoas vivendo em dificuldades, é compreensivelmente difícil lembrar essas coisas com grande precisão", concluiu.

Para o professor, "a única solução estrutural, com uma economia em grande parte informal, consiste em fazer o sistema de benefícios universal, financiá-lo com recursos públicos e que não use a renda pessoal como a base da taxaço". Van Parijs finaliza o artigo dizendo que será mais fácil o Brasil vencer a Copa do Mundo do que "mostrar o caminho a outros países, indo ainda mais longe do que o fez em direção a uma genuína renda básica de cidadania".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Kátia Abreu • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mais recursos para transporte e informática na educação

Entre os projetos de lei sobre educação que tramitam no Senado estão o PLS 526/09, que visa financiar o transporte intermunicipal de universitários, e o PLS 583/09, que garante recursos para a compra periódica de equipamentos e materiais de informática destinados à educação básica. As duas propostas foram aprovadas ontem, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e agora têm de passar por votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 526/09 amplia os recursos que a União repassa a estados e municípios para a execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). No projeto, sua autora, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), argumenta que a medida é necessária para atender, por meio do transporte intermunicipal, os alunos universitários que não vivem na cidade onde estudam.

Em seu relatório favorável, o senador Augusto Botelho (PT-RR) ressaltou, porém, que o projeto poderá ser questionado quanto à sua constitucionalidade e sua adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, esse questionamento é possível "porque a proposição altera programa executado pela administração e cria despesa de caráter continuado que não pode ser financiada a partir da principal fonte orçamentária do Pnate, a cota federal do salário-educação, contribuição social que destina-se exclusivamente à educação básica pública". Mas, segundo Augusto Botelho, essas

questões deverão ser analisadas na CAE.

Já o PLS 583/09 visa garantir recursos para a compra periódica de equipamentos e materiais de informática destinados aos alunos de escolas de educação básica. O autor da proposta, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), explica que a medida tem o objetivo de incentivar a inclusão digital dos estudantes. Ele informa que os recursos serão provenientes dos fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O relatório do senador Romeu Tuma (PTB-SP) recomendou a aprovação do projeto.

Houve apenas uma emenda, apresentada pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR) e aceita por Zambiasi e Tuma. Originalmente, a proposta previa que os recursos seriam direcionados aos estudantes de "escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio". A emenda substitui esse trecho por "escolas de educação básica". Dessa forma, argumentou Flávio Arns, a medida pode abranger também instituições como as associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), que não são públicas.

Audiência pública

A CE também aprovou requerimento de Flávio Arns para a realização de audiência pública sobre o PLC 230/09. Esse projeto de lei trata, entre outros assuntos, da jornada escolar na rede pública de educação básica e do número de alunos por professor nessa rede. A data da audiência ainda será marcada.



Elizabeth Aparecida Pereira (E) fala na audiência, observada por Sandra Marinho Costa, Flávio Arns e João Donadon

Debate: lei dificulta inclusão de deficientes

Audiência pública aponta necessidade de atualizar legislação da Previdência para manter ou ampliar direitos, estimulando atividade produtiva

É PRECISO COMPATIBILIZAR a legislação da Previdência Social com os novos conceitos de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, para permitir aos segurados manter ou ampliar direitos, sem riscos de perda de benefícios já conquistados. Essa é a conclusão a que chegaram especialistas em Previdência Social, senadores e representantes de pessoas com deficiência reunidos ontem para debater a situação em que os

O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo a advogada Elizabeth Aparecida Pereira, especialista em legislação previdenciária, a Lei 8.213/99, que disciplina os benefícios pagos pela Previdência Social, traz uma série de definições que precisam ser compatibilizadas com normas posteriores, para garantir direitos mais justos às pessoas com deficiência. Uma das definições que precisam ser alteradas, segundo explicou, está no artigo 42 da lei, que define a invalidez como o estado "insusceptível de reabilitação

"Algumas famílias não permitem que o filho trabalhe para não perder o direito à pensão", diz Flávio Arns

para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência".

A advogada disse que o Decreto 6.214/07, mais moderno, define a incapacidade como "o fenômeno multidimensional que abrange a limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social".

– Dizer que a pessoa com deficiência é necessariamente inválida é um equívoco.

Acumular BPC e salário pode ser solução

A secretária-executiva e procuradora jurídica da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes Brasil), Sandra Marinho Costa, ressaltou na audiência pública que a possibilidade de perda do benefício de prestação continuada (BPC) para pessoa com deficiência que consiga um emprego com carteira assinada se tornou um problema tão grande como as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Para resolver esse problema, ela sugeriu que a lei permita acumular o BPC com o salário do trabalho, mesmo que temporariamente, até que a pessoa se sinta segura na profissão.

O diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, João Donadon, disse que a Previdência apenas "reconhece os direitos estabelecidos por lei".

– Talvez os instrumentos existentes atualmente, em vez de estimular a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho, estejam a coibindo.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) assinalou que falta também uma compreensão do problema por parte da sociedade. Ele lembrou que, enquanto um portador de deficiência pode perder o benefício de prestação continuada por fazer "um simples bico", há trabalhadores que acumulam várias aposentadorias.

– Por que [as pessoas com deficiência] não podem acumular e ter o mesmo tratamento de muitos que acumulam várias remunerações? – questionou



Sérgio Zambiasi, autor de um dos projetos, e Fátima Cleide, presidente da CE

Especialistas diferenciam políticas de ações afirmativas e de cotas

A garantia de uma condição de equidade racial no acesso ao ensino superior nos Estados Unidos deverá manter as políticas de ação afirmativa por mais 25 anos.

A informação foi dada ontem pela professora Patricia Somers, da Universidade do Texas, em Austin (EUA), em audiência realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo Patricia Somers, alguns estados americanos, como o Texas, têm adotado recentemente novas formas de seleção para as universidades, chamadas planos percentuais, segundo os quais 10% dos alunos de melhor

desempenho entre os estudantes das escolas públicas e privadas de nível médio são automaticamente admitidos nas universidades.

Segundo a professora, três razões principais levaram às políticas afirmativas nos EUA: as de natureza compensatória, para corrigir problemas sociais originados no passado; as corretivas, ligadas a situações de discriminação; e as voltadas para a garantia da diversidade social na universidade.

Já na avaliação da professora Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a

política brasileira de cotas tem tido efeito benéfico para as universidades.

Apesar disso, adiantando resultados de pesquisa que desenvolvem nos Estados Unidos, Miriam Pan ressaltou que, no Brasil, predominam as cotas, "mas ação afirmativa não é sinônimo de cotas".

Nos EUA, disse ela, os problemas legais decorrentes do estabelecimento de cotas levaram aos atuais planos percentuais das universidades.

– Além de gerar muita tensão, as cotas estavam beneficiando uns em detrimento de outros – disse.



Miriam Aparecida Pan aponta que, no Brasil, predomina a política de cotas



Patricia Somers cita planos percentuais para acesso a universidades dos EUA

Embaixadora indicada para o cargo de delegada permanente diz que a adoção da língua portuguesa como idioma de trabalho da Unesco está entre os objetivos do Brasil na entidade



Mario Vilalva, observado por Eduardo Azeredo (C) e Maria Laura da Rocha, afirma que pretende contribuir para ampliar a presença brasileira no exterior

Mário Couto denuncia "revezamento de prefeitos" em Jacundá

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o prefeito de Jacundá, no sul do Pará, estaria dividindo seu mandato com três outras pessoas. De acordo com o senador, Izaldino Altoé (PT) tem-se revezado na prefeitura com seus três auxiliares em "plantões de 24 horas".



Mário Couto

O parlamentar disse que nunca teve conhecimento de situação parecida em seus mais de 20 anos de vida pública. Em sua avaliação, o revezamento é uma estratégia para facilitar a mentira e a corrupção.

Violência

Mário Couto voltou a lamentar os altos índices de criminalidade no estado do Pará. Ele cumprimentou o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, que propôs a criação de um ministério exclusivo para o combate à violência.

O senador também pediu a inclusão imediata na pauta do Plenário da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/99, que reduz para 16 anos a idade para a imputabilidade penal.

Valadares homenageia ex-prefeito Antônio Viana de Assis

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) prestou homenagem póstuma ao ex-prefeito de Aracaju Antônio Viana de Assis, falecido na segunda-feira na capital de Sergipe.



Antônio Carlos Valadares

Segundo Valadares, quando eclodiu o movimento militar de 1964, Viana de Assis era líder, na assembleia legislativa, do governo Seixas Dórea. Com a assembleia cercada pelas forças militares, Viana de Assis fez enérgico pronunciamento contra a ditadura, a favor da democracia e pela manutenção do mandato de Seixas Dórea.

Depois do discurso, acrescentou, Viana de Assis desceu as escadarias da assembleia legislativa e logo foi conduzido ao quartel do 28º Batalhão de Caçadores, onde permaneceu preso até ser cassado pelo regime militar, "de forma injusta, abrupta e violenta", contou o senador. Valadares disse que Viana de Assis recebeu "homenagem merecida" na Assembleia Legislativa de Sergipe.

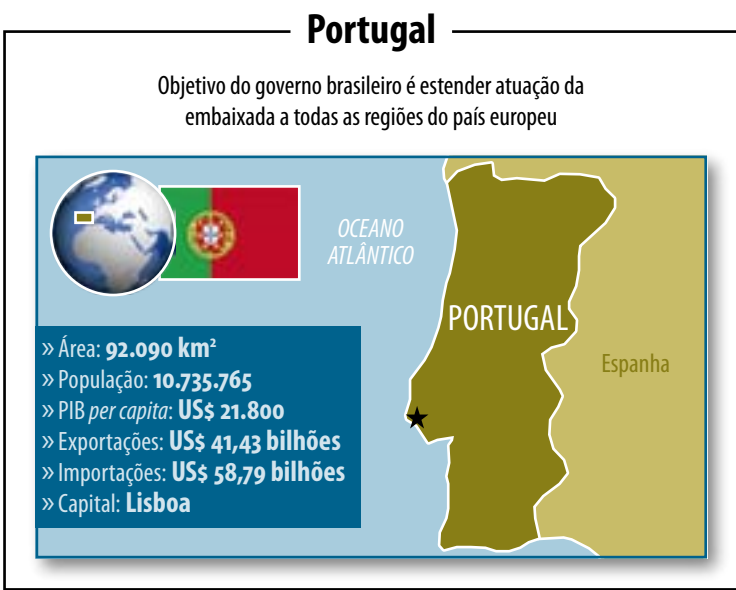
Nomes para embaixada em Portugal e delegação na Unesco são aprovados

A ADOÇÃO DA língua portuguesa como idioma de trabalho na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está entre os objetivos do Brasil na entidade. A afirmação foi feita por Maria Laura da Rocha, que teve sua indicação aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para o cargo de delegada permanente do Brasil junto à instituição. A comissão também aprovou a indicação de Mario Vilalva para embaixador em Portugal. As duas mensagens presidenciais serão submetidas ainda ao Plenário.

De acordo com Maria Laura da Rocha, a pretensão do Brasil naquele organismo se justifica, uma vez que a produção científica brasileira representa mais de 2% da mundial. Atualmente, a Unesco trabalha com seis idiomas – inglês, francês, espanhol, chinês, árabe e russo.

O aumento da participação brasileira em projetos de cooperação com países em desenvolvimento também está entre as metas do Brasil na Unesco. Maria Laura disse que a África é a prioridade da instituição. No entanto, ressaltou, há necessidade de se implantarem projetos na América Latina e na Ásia.

– Na Ásia, na África e na América as pessoas nos olham e veem que o Brasil conseguiu juntar inovação com programas de inclusão social e produzir receitas para o desenvolvimento, que são importantes



para eles também – disse a embaixadora. Mario Vilalva também pretende contribuir para ampliar a presença do Brasil no exterior. Ele afirmou que a atuação da embaixada em Lisboa deve se estender a todas as regiões de Portugal. A intenção é estreitar os laços de amizade e realizar intercâmbio cultural e comercial com o país europeu.

Política externa

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), afirmou ser contrário à criação de embaixadas em países que não tenham relações mais próximas com o Brasil. Em sua avaliação, o governo abre representação nesses países, especialmente no Caribe, em busca de apoio dessas nações ao ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Se-

gurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Azeredo, a instalação de uma embaixada deve acontecer quando houver motivos culturais e comerciais, bem como pela presença de brasileiros no país. A seu ver, o ingresso do Brasil naquele conselho é importante, mas disse não concordar com essas ações da política externa brasileira com esse fim.

– Os recursos utilizados nessas embaixadas poderiam ser mais bem utilizados em outros consulados onde haja presença mais forte de brasileiros. Não justifica essa

paranoia pelo Conselho de Segurança da ONU – disse Azeredo.

Para Mario Vilalva, não há relação entre a abertura de embaixadas em países pequenos e a intenção do Brasil em ingressar no Conselho de Segurança da ONU. Ele disse que as embaixadas em vários países são importantes porque o Brasil se tornou uma potência mundial, com interesses variados. A liderança do Brasil é aceita, ressaltou Vilalva, por ser "benigna".

Maria Laura da Rocha também defendeu a instalação de embaixadas em países pequenos. Ela informou que, muitas vezes, os próprios governantes pedem a presença do Brasil em seus países. Em sua avaliação, não só os critérios comerciais e de presença de brasileiros devem ser levados em conta. Ela considera um "orgulho" o Brasil estar presente em vários países.

Tuma defende reunião do Parlasul sobre problemas nas fronteiras do bloco

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá se reunir para discutir algumas ocorrências registradas nos últimos meses na fronteira de países que integram o bloco econômico. O senador Romeu Tuma (PTB-SP), que solicitou o encontro, foi motivado por atentado sofrido pelo senador paraguaio Robert Acevedo na cidade de Pedro Juan Caballero, na fronteira do Paraguai com o Brasil. Dois funcionários morreram e o parlamentar ficou ferido.

Tuma assinalou ontem em Plenário que, recentemente, a Polícia Federal apreendeu diversas armas contrabandeadas pela fronteira do Brasil com o Paraguai. Ele também falou sobre a apre-

ensão de um caminhão que transportava cocaína. A reunião, explicou o senador, tem como objetivo discutir uma forma de uniformizar os procedimentos das polícias que atuam nas fronteiras entre os países.

– A ausência de troca de informações entre as polícias só beneficia os criminosos. Temos que construir essa união para que o crime possa ser combatido de forma correta e séria. Somente assim a população dos países integrantes do Mercosul poderá viver com mais tranquilidade e segurança – afirmou.

Tuma cumprimentou ainda o senador Mão Santa (PSC-PI) pelo fato de o parlamentar estar sendo citado em



Romeu Tuma lembra atentado contra senador paraguaio na fronteira com o Brasil

alguns veículos de comunicação como possível candidato à vice-presidente da República.

Por outro lado, Tuma lamentou que a direção do PT em Roraima esteja, segundo disse, tentando impedir o senador Augusto Botelho (PT-RR) de disputar nas urnas a sua reeleição.

Senado enviará voto de pesar pela morte de mulher de líder macuxi

A pedido do senador Augusto Botelho (PT-RR), o Senado deverá encaminhar voto de pesar aos familiares de Maria do Perpétuo Socorro dos Santos Raposo, esposa do índio macuxi Caetano Raposo. Segundo Botelho, Caetano é descendente direto de caciques da região da Raposa, que depois foi fundida com a Serra do Sol.

– Antes de morrer, Perpétuo Socorro disse a Caetano, na língua macuxi, que estava indo embora. E pediu para ele continuar sempre sendo a sombra dos filhos. Ela quer que ele continue sempre ao lado dos filhos – afirmou.